

RUY FABIANO

Ponto de Vista

7 NOV 1991

Otimismo apressado

Os sinais exteriores de otimismo na economia, que o Governo naturalmente procura valorizar, não são politicamente compartilhados pelos partidos. O pessimismo ainda prevalece. Persiste, na base das apreensões, a idéia de que, sem estabilidade política — que emana de maioria parlamentar consistente —, a instabilidade é e será a tônica e qualquer melhora conjuntural menor acidente de percurso. Como o Governo continua sem maioria no Congresso — e aparentemente sem planos de obtê-la —, não haveria, por enquanto, mudanças concretas no perfil da crise.

Sinistrose? Nem tanto.

Vejamos. Se é verdade que há indicadores econômicos menos assustadores — e a aparente estabilização da inflação, embora em patamar ainda bem elevado, é um deles —, não se pode esquecer que é no Congresso que o Governo joga sua cartada decisiva. Lá estão, aguardando os votos das bancadas, um projeto de reforma tributária dita “de emergência” e o conjunto de emendas constitucionais apelidado Emendão. Da aprovação dessas iniciativas, algo até aqui bem problemático, depende o sucesso das relações com o FMI e a comunidade financeira internacional. E desse sucesso a sobrevivência no projeto governamental de estabilização da economia.

E aí começam os problemas. Sem maioria parlamentar, o Governo teria que se desdobrar em negociações políticas consideráveis, que não apenas convencessem o Congresso da justeza do receituário ortodoxo do FMI, expresso naquelas iniciativas, como também sensibilizassem os setores organizados da sociedade. Nada disso, óbvio, ocorre. Muito pelo contrário. São claros os sinais de que a reforma tributária emergencial não escapará a uma cirurgia plástica radical e que o Emendão dificilmente será aprovado.

Ora, é a partir do êxito desses ajustes — que, segundo o Governo, transformariam positivamente nossas relações com a comunidade financeira internacional — que têm sido feitas projeções otimistas, inclusive pelo sempre sóbrio ministro Marcílio Moreira. Ele chega a admitir que, a partir

do próximo ano, feitas as correções que estão propostas e selado o acordo com o FMI, a inflação pode ficar em torno de dois por cento ao mês. A questão não é a projeção em si, tecnicamente viável, mas os seus pressupostos —, isto é, a aprovação, no Congresso, das medidas corretivas mencionadas. Tecnicamente, a crise brasileira não é insolúvel. Depende, porém, de sustentação política, para que se dê com o menor número de vítimas e com a menor turbulência. O presidente Collor previu que as melhoras só virão em 93 — e nisso coincide com avaliações de analistas internacionais.

De concreto mesmo — e a vitória não é pequena —, o Governo até aqui conseguiu deflagrar o processo de privatização. É um ganho considerável, mas insuficiente para devolver estabilidade à economia. Esta depende, antes, de estabilidade política, que certamente não virá enquanto o Governo persistir na estratégia maluca de jogar com maiorias ocasionais, que ora o faz cortejar as esquerdas, ora os liberais, sem obter de qualquer deles confiança ou respeitabilidade.